

Investir para competir: o desafio inadiável da indústria brasileira

Fernando Valente Pimentel*

Um estudo elaborado pelo Departamento de Economia da Fiesp, divulgado em setembro de 2023 e baseado em dados da PIA/IBGE, permanece extremamente atual para se compreender o momento crítico vivido pela indústria de transformação brasileira. Suas conclusões ajudam a iluminar uma realidade conhecida do setor produtivo: o País convive há anos com um nível de investimento insuficiente para renovar seu parque industrial, sustentar ganhos de produtividade e preservar competitividade no médio e longo prazo.

Os investimentos industriais seguem próximos aos patamares observados em meados dos anos 2000 e mantêm comportamento fortemente pró-cíclico, sensível a choques macroeconômicos e a ambientes prolongados de incerteza. Além disso, houve mudança relevante em sua composição, com menor intensidade na aquisição de máquinas e equipamentos, justamente o componente que moderniza o parque produtivo, viabiliza saltos tecnológicos e sustenta ganhos estruturais de eficiência.

O dado mais preocupante é a trajetória do estoque de capital industrial, indicador que traduz a capacidade produtiva efetiva do País. Após um crescimento moderado até meados da década passada, o Brasil passou a registrar, desde 2015, um processo contínuo de retração desse estoque. Na prática, isso significa um parque industrial que envelhece, se deprecia e perde densidade tecnológica, acumulando um passivo que compromete diretamente o futuro da produtividade.

Ainda assim, é fundamental reconhecer um ponto muitas vezes ignorado no debate público: a indústria brasileira não deixou de investir. Mesmo operando com níveis de investimento inferiores aos necessários para uma renovação plena do capital, o setor segue alocando recursos, mantendo operações, modernizando processos de modo incremental e disputando mercados, dentro do nosso próprio país e no exterior, com vários concorrentes internacionais altamente subsidiados e tecnologicamente avançados.

Essa disputa ocorre em condições assimétricas. Enquanto competidores globais operam com crédito abundante, juros baixos, políticas industriais agressivas e proteção estratégica de suas cadeias produtivas, a indústria brasileira enfrenta um dos mais altos custos de capital do mundo, elevada volatilidade cambial e um ambiente de negócios ainda marcado por incertezas. Em setores como o têxtil e de confecção, por exemplo, cerca de 80% dos investimentos em máquinas e equipamentos são de origem importada, o que amplia muito o risco cambial e

encarece decisões de modernização.

O próprio estudo da Fiesp evidencia que investimentos, produtividade e escala caminham juntos. Sem renovação de máquinas, digitalização de processos e incorporação de novas tecnologias, o setor manufatureiro perde competitividade de maneira quase inevitável. O hiato de produtividade é expressivo: embora o potencial da indústria brasileira permita alcançar cerca de 55% da produtividade da norte-americana (nível de 1970), o patamar efetivo permanece próximo de apenas 20%. É um reflexo direto de décadas de subinvestimento.

Para recolocar o País em uma trajetória sustentável de crescimento, o levantamento aponta a necessidade de investimentos industriais da ordem de 4,6% do PIB ao ano por um período prolongado. Hoje, esse índice gira em torno de 2,6%, nível insuficiente até mesmo para repor a depreciação natural do capital. Essa distância entre o investimento necessário e o realizado reforça a urgência de uma resposta nacional estruturada.

O custo de capital ocupa posição central nesse desafio. Nenhum empresário amplia capacidade produtiva de modo consistente convivendo com juros reais elevados por longos períodos, como os que o Brasil ainda pratica. Mesmo com a inflação em processo de convergência, as taxas reais seguem em patamar incompatível com a rentabilidade típica das atividades industriais, desestimulando decisões de longo prazo.

É verdade que houve avanços recentes, como a reforma tributária sobre o consumo, cujos efeitos vão aparecer em cerca de sete anos, a Nova Indústria Brasil (NIB), os mecanismos de depreciação acelerada e programas de estímulo à produtividade. Cabe salientar, ainda, o empenho do BNDES e da Finep na liberação de crédito mais favorável para o setor, como a Linha Indústria 4.0, lançada recentemente, com recursos das duas instituições, de R\$ 10 bilhões e R\$ 2 bilhões, respectivamente.

São passos importantes, mas ainda insuficientes diante da magnitude do desafio. O mundo vive uma nova onda de políticas industriais, liderada por Estados Unidos, China e União Europeia, com forte foco em reindustrialização, inovação, transição energética e digitalização. O Brasil não pode dar-se ao luxo de ficar à margem desse movimento.

As eleições de 2026 oferecem uma oportunidade decisiva para reforçar a posição da indústria no centro da estratégia de desenvolvimento. É fundamental que os programas de governo dos candidatos à presidência da República assumam compromissos claros com a modernização do parque produtivo nacional, incluindo a redução estrutural do custo de capital, mecanismos estáveis de financiamento competitivo, instrumentos de mitigação de risco cambial, políticas robustas de digitalização industrial, qualificação de pessoas, inovação, sustentabilidade e

fortalecimento das cadeias produtivas.

A indústria brasileira segue competindo, investindo e gerando valor, mesmo em condições adversas. Por isso, é imperativo acelerar a marcha dos aportes de recursos em bens de capital, processos, tecnologia e pessoas. Sem investimento consistente, contínuo e orientado à inovação, não há futuro industrial possível. O momento exige visão estratégica e coragem para reposicionar o setor como ativo central do crescimento, geração de empregos qualificados e prosperidade nacional.

***Fernando Valente Pimentel** é o diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).